

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: O CONTEXTO LATINO-AMERICANO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO¹

Rodrigo Manoel Dias da Silva²

SUMÁRIO

Introdução; 1. Imagens da Globalização – 2. As Redefinições no Papel do Estado e a Educação – 3. Educação como Mercadoria – 4. Últimas provocações: narrativas da cultura

RESUMO

Este ensaio discute as configurações contemporâneas das políticas sociais no Brasil e, particularmente, estes efeitos no campo das políticas educativas. As mudanças culturais cotidianamente têm sido atribuídas aos processos de globalização os quais, pela leitura ora realizada, tendem a redefinir o papel do Estado como agente público, mercantilizar os direitos sociais como o acesso à escola e, mesmo, provocam ressignificações das práticas políticas em todas as esferas. Por fim, o autor, baseado em leituras de Néstor Canclini discute as narrativas culturais como potencialmente desestabilizadores dos discursos globalizantes.

Palavras-chave: políticas públicas – Estado - educação – globalização

RESUMEN

Este ensayo tiene por objeto aportar las configuraciones contemporâneas de las políticas sociales en Brazil y, en particular, los efectos en el campo de las políticas educacionales. Los cambios culturales conducen a los procesos de globalización y introducen nuevas funciones al Estado en favor de una presencia fuerte del mercado – mercantilizando los derechos, como el acceso a la escuela. Todas las prácticas políticas cambian como resultado de la primacía de las corporaciones multinacionales. Por fin, sostenido en lecturas de Nestor Canclini, el autor plantea las narrativas culturales como posibles desestabilizadores de los discursos de la globalización.

Palabras claves: políticas sociales – Estado – educación - globalización

¹ Texto apresentado à disciplina "Tópicos Especiais da Linha de Pesquisa II: Sociologia da Globalização" junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unisinos/RS, sob a coordenação do Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo. Julho/2007.

² Pedagogo na rede de ensino pública no Rio Grande do Sul. Mestrando em Ciências Sociais – Unisinos/RS. Bolsista CAPES. Pesquisa junto à Linha de Pesquisa "Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania". E-mail: rodrigo_ddsilva@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Os contadores de história, os cantadores de história, só podem contar enquanto a neve cai. A tradição manda que seja assim. Os índios do norte da América têm muito cuidado com essa questão dos contos. Dizem que quando os contos soam, as plantas não se preocupam em crescer e os pássaros esquecem a comida de seus filhotes. (GALEANO, 2007, p.9)

“*Las Palabras Andantes*” escrita em 1994 por Eduardo Galeano constitui-se em um itinerário poético e social da América Latina contemporânea, revelando algumas dinâmicas das culturas do continente, ao mesmo tempo em que desvela as sutilezas cotidianas de sujeitos envolvidos pelos delineamentos políticos que os circundam. Poderíamos dizer que talvez sejam as narrativas literárias elementos catalisadores de novas reflexões sobre o contexto sócio-político latino-americano, pois revelam olhares enriquecidos pela dimensão vivida na qual o continente está situado. Neste sentido, junto à epígrafe de Eduardo Galeano, fazemos um convite para refletirmos sobre o estatuto das políticas sociais, em interface com àquelas vinculadas ao campo educacional, colocando, por um lado, os discursos da inevitabilidade global sob suspeita e, por outro, procurando estabelecer vinculações entre as políticas de educação no contexto referido e a sedução discursiva do mercado global.

Analisamos que vivemos hoje em tempos de incertezas e de incongruências, nos quais percebemos o caráter multifacetado das políticas sociais e educativas, assim como o cerceamento discursivo de proposições de caminhos para a construção de novas formas de organização e representatividade, ao mesmo tempo em que são mantidos os interesses na permanência dos níveis desejados de governabilidade e de manutenção das políticas sociais (MARTINS, 2002). Neste paradoxo, as garantias de uma educação pública, enquanto direito e possibilidade emancipatória, não se tornam restritas a um debate no interior das instituições escolares, mas postulam-se como categoria analítica nos espaços culturais, políticos e acadêmicos o que vêm tornando o

debate complexo e amplo aonde diferentes perspectivas teóricas vêm contribuindo de forma significativa nos diferentes países do continente³.

Pretendemos desencadear reflexões a partir da premissa que afirma ser a cultura “esse encontro de culturas no interior de nós mesmos” (TODOROV in CANCLINI, 2003, p.15), o que significa entendê-la como um campo de inter-relações, de interpenetração, no qual não se vislumbra uma cultura de contornos uniformes, mas multiformes, híbridos, imaginados, interculturais. Deste modo, o presente artigo constitui-se em uma proposta para a reflexão sobre a condição das políticas educativas contemporâneas enquanto agenciamentos político-culturais mediadas por suas relações de administração e poder e, em igual teor, localizarmos interfaces destes processos no enredo das políticas globalizadas.

Os elementos interpretativos presentes no artigo não pretendem constituir-se em um panorama enciclopédico sobre a temática abordada, antes, porém, mapearmos alguns nexos interpretativos que o referencial bibliográfico, de modo contingente e provisório, permitiu-nos relatar. Neste escrito, portanto, apresentaremos, inicialmente, um esboço conceitual do termo globalização assentado da contribuição de Octávio Ianni (2003), assim como a busca por referenciais dialógicos a este entorno. Em seguida, serão expostas algumas aproximações contemporâneas entre educação e política no enredo da Globalização como elementos articuladores de uma redefinição nos papéis do Estado-Nação em relação às políticas sociais. Na continuidade do debate, exporemos, brevemente, um entendimento sobre a mercantilização da educação e da cultura a partir da obra de Martha Ruiz (2006). Por fim, serão apresentadas outras narrativas capazes de colocar sob suspeita as políticas vigentes e provocar olhares menos certos ao campo da cultura sob a contribuição de Canclini (2003).

³ Sobre perspectivas distintas em países latino-americanos, sobretudo a respeito de sua cultura política, ver sobre o Brasil (BAQUERO, 1999), sobre o Uruguai (SERNA, 1999) ou sobre a Argentina (ECHEGARAY, 1999).

1 IMAGENS DA GLOBALIZAÇÃO

Talvez fosse necessário termos escrito no plural. Globalizações. A globalização enquanto categoria analítica do pensamento social contemporâneo tem sido marcada por diferentes contribuições teóricas as quais, por lugares epistemológicos distintos, acentuam ou omitem elementos que a formação e o locus do pesquisador lhe permitem observar. Isto significa pensar as significações contraditórias, tênues e contingentes que circunscrevem o processo de globalização a esferas públicas e privadas de construção das materialidades e dos imaginários.

Portanto, para início de reflexão, apresento o conceito de globalização apresentado por um importante cientista social brasileiro:

Globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global. (IANNI, 2003, p.248)

O elemento central desta proposição de Octávio Ianni manifesta-se em seu entendimento de que a globalização representa um momento de ruptura com o paradigma moderno enfatizado pelo Estado-Nação como palavra-força. Tal concepção encaminha pontuações conceituais, mas ainda carente de conceitos, categorias e interpretações eficientes diante da dinamicidade deste novo objeto das ciências sociais. Entretanto, os estudos do sociólogo referido não se tornaram unívocos ou uníssonos. Há elementos da globalização que são descritos com propriedade por outros pensadores, quer encontrando consenso, quer enfrentando dissensos – o que nos parece o mais comum.

A bibliografia indica para alguns pontos convergentes, nos quais sociólogos de diferentes vertentes dialogam, o que nos permitiria pensar em tênues caracterizações destes processos. Anthony Giddens (2000) expõe o impacto nos campos das telecomunicações a partir da efetivação dos satélites como transmissores funcionais à rede informacional. O mundo global faz com que conheçamos mais ícones midiáticos, com certa familiaridade, inclusive, do que

peças moradoras nos espaços domésticos vizinhos. A formação de uma comunidade mundial global, via eletrônica e tecnologias informacionais, permite o comércio e o consumo de informações vinte e quatro horas por dia – metáforas tentam elucidar este panorama, como “Aldeia Global” ou “Shopping Center Global” descritos por Octávio Ianni.

Além do campo das comunicações, a globalização provoca impactos no campo econômico – isto é um consenso entre seus analistas. Pensamos que seria excessivamente simplista evocarmos opiniões céticas, que afirmam ser a globalização uma mera questão de retórica, ou mesmo opiniões radicais, afirmando apenas ser esta uma manifestação do mercado global sem fronteiras nacionais (GIDDENS, 2000), pois a perspectiva econômica da questão pode revelar impactos mais complexos e reais. A metáfora proposta por Ianni parece bastante pertinente a fim de caracterizar o impacto econômico do global – “Fábrica Global” – que se refere a transformações quantitativas e qualitativas do capitalismo supra-nacional, o qual “dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo” (IANNI, 2003, p.19). Há que se notar os impactos ambientais que esta produção em alta escala impõe, desde riscos de reações ambientais catastróficas (BECK, 1998), os vislumbrados riscos fabricados pela ação do homem sobre o mundo (GIDDENS, 2000), à necessária vinculação entre responsabilidade cidadã e meio ambiente (ACSELRAD, 1992).

Esta produção em escala global pressupõe, em tese e na prática, a perda da legitimidade do trabalhador enquanto agente destes mecanismos, provocando a desregulamentação da mão-de-obra e de seus direitos, a terceirização e a privatização dos órgãos do Estado. A afirmativa anterior conduz a entrecruzamentos entre os impactos políticos e econômicos da globalização. Ao analisar as implicações das economias-mundo⁴ nesta trama, Ianni vincula-se ao axioma ‘redefinições’ nas prerrogativas da soberania da Nação, isto é, com a internacionalização do capital, nos contextos da desestatização, o Estado modifica-se a fim de corroborar com o status de superioridade que o mercado assume.

⁴ Categoria teórica de Fernand Braudel (in IANNI, 2003).

Além de meros analistas há, também, críticos ao modo de desenvolvimento global, alguns destes estão representados na obra de Pierre Bourdieu (2002), Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2002) e Aníbal Quijano (2006). Bourdieu, sobretudo, critica o olhar para a globalização ao caracterizá-la, historicamente, como elemento de uma política econômica e cultural estadunidense em conservar seu imperialismo, o que legitimaria seu estatuto economicista de maior economia do planeta. Assume atitudes avançadas na esfera econômica e conservadora nas esferas políticas, americanizando o mundo ocidental. Exemplifica-se:

A violência simbólica nunca se exerce, de fato, sem uma forma de cumplicidade (extorquida) daqueles que a sofrem e a 'globalização' dos temas da doxa social americana ou de sua transcrição, mais ou menos sublimada, no discurso semi-erudito não seria possível sem a colaboração, consciente ou inconsciente, direta ou indiretamente interessada, não só de todos os "passadores" e importadores de produtos culturais com grife ou dé griffés (editores, diretores de instituições culturais, museus, óperas, galerias de arte, revistas etc.) que, no próprio país ou nos países-alvo, propõem e propagam, muitas vezes com toda a boa-fé, os produtos culturais americanos, mas também de todas as instâncias culturais americanas que, sem estarem explicitamente coordenadas, acompanham, orquestram e, até por vezes, organizam o processo de conversão coletiva à nova Meca simbólica. (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 21)

Autores latino-americanos têm, seguindo a esteira de Bourdieu, erigido suspeitas com relação à globalização e a suas maneiras de interpretar a realidade, falo do sociólogo peruano Aníbal Quijano e do brasileiro José de Souza Martins. A obra recente de Quijano (2005, 2006) pretende debater o estatuto do poder na América Latina, o que provoca a desconstrução do paradigma moderno universal em suas idéias de razão e progresso, pois o autor acentua a não-linearidade destes processos em suas ambivalências, fraturas e discontinuidades. Segundo este, é o poder, logo, as lutas de poder e seus mutantes resultados, o que articula formas heterogêneas de existência social, produzidas em tempos históricos distintos e em espaços distantes, aquilo que as une e as estrutura em um mesmo mundo, em uma sociedade concreta, finalmente, em padrões de poder historicamente específicos e

determinados. Ao analisar os padrões de poder que constituíram a América Latina, Quijano (2005) apresenta a “colonialidade” e a “globalidade” deste novo padrão de poder que, assentados em princípios colonizadores, enovelam valores universalizantes que afirmam seu status de poder como inevitável, global, inalterável – uma retórica conhecida hoje pelos discursos globalizantes.

Diante da colonialidade como traço de poder na América Latina, analiticamente é possível mencionarmos os impactos econômicos do mercado europeu, ou estadunidense, sobre a economia local e, por outro lado, a sedução dos discursos políticos que procuram invisibilizar as tensões em seu interior. Aqui poderia estabelecer relações com a obra de José de Souza Martins (2003) que aponta para o falso problema da exclusão social, isto é, a sociedade capitalista global não promove exclusão social, até porque este termo, segundo o autor, é impreciso sociologicamente, mas esquemas de “inclusão marginal” no qual os atores sociais são re-integrados precariamente no mercado de trabalho. Os modos de absorção do trabalhador desempregado o incluem de forma marginal no campo econômico, desestabilizando sua vida social. Pois:

Este processo que nós chamamos de exclusão social não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e até político.(MARTINS, 2003, p.34)

Ambos, em breves palavras, discutem as relações de dependência em que o Brasil e a América Latina inserem-se nos mercados globais: o primeiro, Aníbal Quijano, retrata aspectos históricos da constituição do povo latino-americano por uma categoria que chamou “colonialidade”; o segundo, Martins, problematiza as novas desigualdades sociais advindas da lógica excluyente do mercado global, a difícil re-inserção no mercado de trabalho e a chamada “mercantilização dos imaginários”, isto é, as esferas do consumo atuando como delimitadoras das subjetividades.

2 AS REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E A EDUCAÇÃO

O processo de transformação das sociedades industriais modernas e o conseqüente processo de aprofundamento da dependência econômica nos países em desenvolvimento, em suas diferenciadas nuances, representou, a priori, em nível teórico, algumas ressignificações nas teorias sociais (BOBBIO, 1987) e, a posteriori, nos âmbitos políticos, algumas redefinições no papel do Estado, sobretudo em uma de suas facetas mais representativas: as políticas sociais⁵ (VIEIRA, 2000). Evidentemente, o plano teórico e o plano político entrecruzam-se e interferem-se concomitantemente, contudo, enquanto análise, consideramos válido tal delineamento.

Assim sendo, as relações Estado - Sociedade, permanentemente em movimento, foram compondo novos acordos políticos e delimitando, por sua vez, as políticas e os direitos sociais⁶. Segundo Peroni (2003), os anos de 1990 denotaram um novo panorama nestas relações, onde ocorreram rupturas com os direitos trabalhistas e desmantelaram-se suas garantias, onde a crise do capitalismo atenuou e novas tensões aprofundaram-se devido à rapidez dos processos de desigualdade social. São os tempos da globalização, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

Afonso (2003) assinala que os anos de 1990 foram marcados pela emergência de uma nova direita neoliberal e neoconservadora, a qual situa o Estado em territórios paradoxais: ao mesmo tempo em que seja limitado (mínimo), seja forte (centralizador). Superar, então, esta crise do capitalismo passaria por duas iniciativas: a racionalização dos recursos e o esvaziamento do poder político das instituições governamentais. Aprofundando a reflexão, significaria sinalizar a passagem de um Estado de Bem-Estar Social a um modelo "mercantilizador" (BALL, 2004).

⁵ Entendemos, neste ensaio, por política social o conceito de Evaldo Vieira (2000, p.31), qual seja: "[...]estrategia gubernamental de intervención em las relaciones sociales", plenamente identificado com o surgimento dos movimentos populares no século XIX.

⁶ Perspectivas teóricas distintas tratam desta questão, tais como: Vieira (2000), Baquero (1999), Diniz (1999) ou Wanderley (1999).

Este modelo de mercado significou a adesão a modelos de gestão empresariais que não somente produziram uma reengenharia do setor público – reformado por princípios de competição, mercantilização e privatização (BALL, 2001), mas, de fato, encaminharam a “*quase-mercados*” (AFONSO, 2003). Estes significaram a presença de elementos de mercado dentro da organização do Estado ou uma hibridização público-privado e, conseqüentemente, mudando a conotação das políticas sociais uma vez que se vê a abertura a outros provedores não-estatais e, com isso, produziu-se um conceito de cidadania adjetivada – o “cidadão cliente”. De tal forma:

Na proposta de reforma do Estado, o cidadão é adjetivado, é o cidadão-cliente, o que, portanto, de acordo com as leis de mercado, não inclui todos os cidadãos, pois os clientes dos serviços do Estado serão apenas os contemplados pelo núcleo estratégico e por atividades exclusivas. (PERONI, 2003, p.60)

No que se refere às políticas educacionais, tais redefinições no papel do Estado foram tratadas de maneira bastante particular, o que representou “*uma crescente colonização da política educacional pelos imperativos do mercado*” (BALL, 2001, p.126), ocasionando na legitimação e distribuição de discursos economicistas referendados por instâncias de regulação supranacionais (AFONSO, 2001), como o Banco Mundial, por exemplo. Tais organismos elaboraram uma agenda educacional padronizada – “*isomorfismo educacional*” (AFONSO, 2003, p.41), significando a transposição de políticas educacionais de um local para outro, tal qual “*soluções mágicas*” (BALL, 2001, p.125). Neste ideário, o Estado faz-se avaliador enfatizando desempenhos, produtividade e resultados.

A América Latina tem sido um campo fértil aos projetos financiados pelos organismos multilaterais, os quais acabam por exigir como contrapartida alterações em normatizações, entendimentos e propostas de educação. São exemplos disto, as políticas de avaliação conhecidas como “*provão*”, exames que objetivam medir a performance das instituições básicas e superiores e contingenciam, mediante bons resultados, seus recursos e financiamentos. São ecos do ideário globalizador nas políticas sociais e da educação.

3 EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA

Segundo Stephen Ball (2001), a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem visto a educação como um mercado a ser explorado, sobretudo em tempos de depreciação da educação pública, discursos estes recorrentes na América Latina. Entretanto, se pensamos estas questões a partir das problematizações de Martha Nélide Ruiz, poderíamos constatar que educação assume características daquilo que a autora chamaria de "la gula posmoderna" (RUÍZ, 2006), isto é, enraíza-se na cultura como bem de consumo, mensurável, com determinações quantitativas e qualitativas capazes de conformar subjetividades. Este hiperconsumo, referido por Ruiz, refere-se não somente a bens materiais, mas se trata do consumo de representações simbólicas dos quais a escolarização e a formação acadêmica seriam exemplos claros.

De certo modo, as últimas décadas têm nos mostrado que os avanços tecnológicos condicionam acessos e desejos por escolarização, formação de nível superior, como elementos indispensáveis ao ingresso no mercado de trabalho. O escrito de Martha Ruiz é preciso:

La educación continua es el futuro de la universidad'. La licenciatura no basta. En realidad nunca ha bastado. Si tu papá no necesitó hacer una maestria es porque eran otros tiempos, la problemática social era mucho más sencilla de estudiar y de intervenir, la competencia era casi nula, heredó el despacho de tu abuelo, con clientes y todo... (RUÍZ, 2006, p. 56)

Tal perspectiva faz com que o jovem perceba sua vida como uma trajetória escolar infundável, ou seja, inicia-se na educação infantil e ver-se-á perturbado a prosseguir seus estudos pelo Ensino Fundamental até os altos e seletos níveis da pós-graduação. Subjetivamente, criam-se ansiedades frente a carências de limites, potencializando um hiperconsumo de bens educativos (RUÍZ, 2006). Frente a estes hiper-realismos, há ainda alternativas?

Encaminhando ao tópico seguinte, ousaríamos refletir sobre uma resposta dada por Martha ao ser recentemente entrevistada (Melo, 2006). A autora, com simplicidade, afirmou que "es tiempo de volver a escuchar con nuestros

proprios oídos” (p.141), o que significa pensarmos, culturalmente, nos vastos campos de ação que se nos abrem ao não ouvirmos o canto da sereia – melodia sedutora do mercado e do consumo. O que remete a fazeres e pensares nos campos da cultura.

4 ÚLTIMAS PROVOCAÇÕES: NARRATIVAS DA CULTURA

Os contos são contados de noite, porque na noite vive o sagrado, e quem sabe contar conta sabendo que o nome é a coisa que o nome chama. (GALEANO, 2007, p.21)

Ao propormos uma reflexão sobre as políticas educacionais latino-americanas em tempos de globalização objetivávamos apresentar, num primeiro momento, o caráter múltiplo que as expressões “globalização” e “políticas educacionais” acabam por assumir ao variarmos seu local, seu tempo ou mesmo o referencial de análise e, num segundo momento, o que fazemos agora, compormos um viés de abordagem ao tema que, interessadamente, nos leve a dialogar com as narrativas da cultura. Em outras palavras, dizemos que política e globalização assumem significações diferenciadas em contextos distintos.

Ao pressupormos, com Canclini (2003), que a globalização é uma narrativa entendendo que está situada em um campo cultural no qual co-existe e estabelece relações de complementaridade e inter-relação entre outras/todas as narrativas culturais. Esta premissa deforma a tese da inevitabilidade e da universalidade da globalização enquanto organizadora dos modos de vida contemporâneos. As diversas culturas narram a globalização, quer seja em seus efeitos circulares ou tangenciais (CANCLINI, 2003, p.9), transformando elementos objetificáveis em metáforas e narrações, criando novas culturas do trabalho, do investimento, do consumo, da comunicação, da publicidade e da educação. O que postula a falsa idéia de que há uma nova cultura global, sob recursos de emergência, quando, de fato, são os múltiplos discursos que na interculturalidade narram vertigens e incertezas nestes pensares em tempo global. As teorias recentes têm se preocupado com estas brechas:

Devemos aceitar que existem múltiplas narrativas sobre o que significa globalizar-se, mas, sendo seu aspecto central a intensificação das interligações entre sociedades, não podemos observar a variedade dos relatos sem nos preocuparmos com a sua compatibilidade dentro de um saber relativamente universalizável. Isto pressupõe a discussão das teorias sociológicas e antropológicas que vêm sendo construídas para dar conta do que escapa às teorias e às políticas, que se oculta em suas brechas e insuficiências. (CANCLINI, 2003, p.11)

Apesar de termos apresentado alguns pontos comuns ao descrevermos as imagens da globalização, pensamos que há aspectos menos certos, menos precisos, capazes de evidenciar nuances cambiantes das culturas na interface, por um lado, com a globalização e, por outro, com as políticas da educação. Os espaços ocupados pelos movimentos sociais reivindicativos de participação popular na América Latina entre os anos de 1970 e 1990, mesmo que hoje tenham reduzido seu locus de atuação, representaram provocações de um poder democrático (MEJÍA, 1994) em meio às tempestades do mercado e de sua inevitabilidade. Neste sentido, a construção de novas formas de organização e representatividade, a nosso ver, não se tornaram incontestáveis, pelo contrário, são compostas por importantes contradições que por vezes as descaracteriza, como por exemplo: os conselhos gestores descaracterizam-se pelo desconhecimento dos conselheiros de suas atribuições (LOPES, 2003).

Por isso vemos a cultura, na acepção de Canclini, como elemento catalisador de outros olhares para a educação e suas políticas nestes tempos de globalização capazes de provocar suspeita sobre o modo de efetivação destas políticas contemporaneamente. Entendo que por tal perspectiva abrimos um leque de entendimentos provisórios e locais para categorias que não podemos mais universalizar: cidadania, educação, política social, participação, ou seja, vimos e vivemos “modos não-convencionais de ser cidadão” (CANCLINI, 2003, p.180). Um dos locais em que visibiliza-se esta ruptura com as teorias modernas é o campo da cultura, que desloca olhares para a política social, para a economia e para a educação.

Se, como diz Canclini, são os poetas, os dramaturgos e os atores sujeitos capazes de experimentar novos tempos e espaços nos eventos culturais, pensamos que as narrativas culturais em sua multiplicidade provocam outras ações, outras políticas e outras globalizações. Para concluir, usaremos um fragmento de Eduardo Galeano que, consoante às afirmativas deste escrito, mostra-nos que a cultura (literária, neste caso) é capaz de propor outras globalizações, não-imobilistas, que não somente desestabilizem as velhas verdades neoliberais, como revelem a existência de janelas sobre a utopia nos campos da cultura:

Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar. (GALEANO, 2007, p.310)

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ACSELRAD, H. (org.) **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**. V.22, nº 75. Campinas, ago. 2001. p. 15-32

_____. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**. nº 22. jan/abr 2003 p.35-46

BALL, S. J. Cidadania Global, Consumo e Política Educacional. In: SILVA, L. H. (org.) **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.121-137

_____. Performatividade, privatização e o Pós-Estado de Bem-Estar. **Educação & Sociedade**. V.25, nº 89. Campinas, set/dez. 2004.

BAQUERO, M. (org.) **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, La Salle, 1999.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**; hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

_____.; WACQUANT, L. **Sobre as artimanhas da razão imperialista**. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, Vol. 24, Nº1, 2002.

CANCLINI, N. G. A Globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.

DINIZ, E. Globalização, democracia e reforma do Estado: paradoxos e alternativas analíticas. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (orgs.) **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC:IEE, 1999 p.91-104

ECHEGARAY, F. Tolerando o aperto: a dinâmica da opinião pública perante a reforma econômica na Argentina 1989-1996. In: BAQUERO, M. (org.) **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, La Salle, 1999.

GALEANO, E. **As Palavras Andantes**. 5 ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. São Paulo: Record, 2000.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOPES, J. R. Administração Pública, Estado e Políticas Públicas: um ensaio sobre o princípio de gestão e a construção da esfera pública. **Revista Ciências Humanas**, V. 9, Nº2, Jul/Dez 2003, p. 93-99.

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola**: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MEJÍA, M. R. Educação e Política: Fundamentos para uma nova agenda Latino-americana. In: GARCIA, P. B. et al. **O Pêndulo das Ideologias**: a Educação Popular e o Desafio da Pós-modernidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.89-104

MELO, J. L. B. Es tiempo de volver a escuchar con nuestros propios oídos – Entrevista com Martha Nélide Ruiz. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. V. 42, Nº 2, Maio/Agosto 2006 p. 137-143

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

QUIJANO, A. **Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina**. Estudos Avançados Nº 19 (55), 2005. p.8-31

_____. Os Fantasmas da América Latina. In: NOVAES, A. (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. p.49-85

RUÍZ, M. N. **El Espejo Intoxicado**. Barcelona: Octaedro, 2006.

SERNA, M. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia. In: BAQUERO, M. (org.) **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, La Salle, 1999.

VIEIRA, E. Política social, política econômica y método. In: BORGIANNI, E.; MONTAÑO, C. (orgs.) **La Política Social Hoy**. São Paulo: Cortez, 2000.

WANDERLEY, L. E. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento com o Estado e o mercado. RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (orgs.) **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC:IEE, 1999 p.105-130